

Ilustríssimo Senhor \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_,  
cargo/Função-atividade \_\_\_\_\_, regime jurídico TEMPORÁRIO  
ESTÁVEL, classificado no \_\_\_\_\_, residente na rua:  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_,  
CEP.: \_\_\_\_\_, REQUER a Vossa Senhoria a concessão de dois anos de Licença  
para tratar de interesses particulares, nos termos do artigo 202 da Lei nº 10.261/68 e artigo 19  
do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, reproduzido pelo artigo 18 do  
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CE/89.

Declaro, estar ciente que devo aguardar a concessão em exercício, uma vez  
que a vigência se dará a partir da publicação do ato concessório.

**Declaro estar ciente da necessidade de serem efetuados os  
recolhimentos obrigatórios ao IAMSPE de 2% (dois por cento) da retribuição-base  
mensal durante o período da licença e que o recolhimento poderá ser efetuado também  
ao término da licença e, nesse caso, NÃO terei direito à assistência médica durante o  
período da licença, bem como sobre os juros e reajustes cabíveis se o pagamento for  
feito fora do prazo ou só no final da licença.**

**Declaro, ainda, estar ciente da opção em manter, durante o  
afastamento, o vínculo com o Regime Próprio de Previdência Social - SPPREV, desta  
forma deverá contribuir com 33% (trinta e três por cento) correspondentes a 11% (onze  
por cento) de sua própria contribuição mais 22% (vinte e dois por cento) da  
contribuição patronal. (art. 8º Decreto 52.859/08).**

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do requerente)

VISTO

\_\_\_\_\_  
(assinatura e carimbo do superior imediato)